



## CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

### AJUSTE DIRETO N.º 10/2025/DCP/DGRA/ SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO À EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO, PARA CUMPRIMENTO DO PDEE, NA LC VILA NOVA DE GAIA

A Agência para a Modernização Administrativa, I.P., adiante designada por AMA, pessoa coletiva de direito público, com o NIPC 508 184 509, com sede na Rua de Santa Marta, n.º 55, 1150-294 Lisboa, com o telefone n.º 217 231 200, convida V. Exa. a apresentar proposta, no âmbito do procedimento de formação de contrato acima identificado, nos termos e condições indicados em seguida:

#### 1. Decisão de contratar:

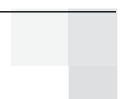
A decisão de contratar foi tomada em 21/03/2025, por despacho da Vogal do Conselho Diretivo, Mónica Letra, no uso de competências delegadas, nos termos da alínea d) do n.º 4 conjugada com a alínea k) do n.º 5 da Deliberação 1372/2024, de 25 de setembro, publicado em Diário da República, n.º 204, 2.ª série, de 21 de outubro

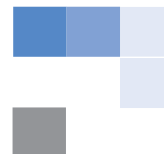
A escolha do procedimento de consulta prévia tem como fundamento o critério do valor, ao abrigo do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 20.º do Código de Contratos Públicos (CCP).

#### 2. Documentos da proposta:

2.1. A proposta deve ser instruída com os seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do Caderno de Encargos, de acordo com o modelo constante do Anexo I do presente Convite;
- b) Declaração do preço contratual, de acordo com o modelo constante do Anexo II ao presente convite, do qual faz parte integrante;
- c) Memória descritiva e justificativa do modo de acompanhamento da obra e do cumprimento dos requisitos do CE;
- d) Lista dos elementos da equipa proposta e os respetivos documentos comprovativos da formação e da experiência de cada um deles, a qual não pode ser inferior ao previsto no caderno de encargos, conforme documento anexo ao presente convite;
- e) Os documentos entregues para efeitos da alínea anterior devem estar em conformidade com as normas do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), sendo necessário remover os dados pessoais dos elementos da equipa nos documentos comprovativos da experiência, salvaguardando a posterior identificação, imprescindível para a correta confirmação dos mesmos. A responsabilidade da expurga de dados pessoais é da inteira responsabilidade do concorrente que os submete em sede de proposta.





**3. Prazo e modo de apresentação da proposta:**

- 3.1.** A proposta deve ser apresentada na plataforma eletrónica com o endereço <https://www.acingov.pt> , até ao sexto dia seguinte ao da receção do convite.
- 3.2.** Todos os documentos enviados para o endereço indicado no ponto anterior devem ser assinados eletronicamente nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
- 3.3.** Caso a assinatura digital qualificada não permita verificar os poderes do assinante, o concorrente deverá juntar documento que indique o poder de representação do assinante da declaração e da proposta de preço referidas nas alíneas a) e b) do n.º 1, como por exemplo Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, nos termos previstos no n.º 3 do presente convite.
- 3.4.** As propostas e todos os documentos que se lhe associarem devem ser redigidas em língua portuguesa.

**4. Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

- 4.1.** O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma.
- 4.2.** Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma.
- 4.3.** O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
- 4.4.** Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

**5. Propostas variantes:**

Não são admitidas propostas variantes.

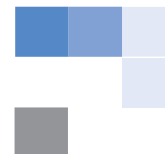
**6. Prazo de validade:**

A proposta considera-se válida e inalterada em todas as suas condições por um período de 120 dias úteis contados desde a data do termo do prazo fixado para a respetiva apresentação.

**7. Esclarecimentos, erros e omissões:**

- 7.1** Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri e devem ser submetidos através do endereço indicado no ponto 3.1.





**7.2** Os interessados também devem submeter, na plataforma de contratação cujo endereço está indicado no ponto 3.1, uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões detetados e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.

**7.3** Os esclarecimentos e a lista de erros e omissões devem ser solicitados no primeiro terço do prazo indicado em 3.1.

**7.4** A resposta aos esclarecimentos e às listas de erros e omissões devem ser prestados até ao dia anterior ao termo do prazo indicado em 3.1.

## **8. Negociação**

Não haverá negociação de propostas.

## **9. Consulta Preliminar**

**9.1.** Nos termos do artigo 35.º-A do CCP foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, no âmbito da qual foram contactadas as seguintes empresas:

- ✓ CENTRAL PROJECTOS LDA.;
- ✓ ADPN-ENGENHARIA E MANUTENÇÃO, UNIPessoal LDA.;
- ✓ RIÓRTICO - ENGENHARIA LDA.;
- ✓ PAULO AIDOS ROCHA - UNIPessoal LDA. (ENGIPAR);
- ✓ TUU - BUILDING DESIGN MANAGEMENT, LDA.

**9.2.** As informações obtidas na sequência da referida consulta preliminar são as que constam no quadro abaixo, tendo o preço base do presente procedimento sido determinado pelo preço mais baixo obtido na aludida consulta:

	TUU	Riortico	Engipar	Central Projectos	ADPN
Loja do Cidadão	Preço Total s/ IVA	Preço Total s/ IVA	Preço Total s/IVA	Preço Total s/ IVA	Preço Total s/ IVA
Prestação de serviços de fiscalização:					
Director de fiscalização (50 %)	5 700,00 €	- €		6 760,00 €	5 000,00 €
Coordenador de segurança em obra (1 vez por semana)	2 000,00 €	- €		2 500,00 €	300,00 €
	<b>7 700,00 €</b>	<b>8 400,00 €</b>	<b>8 400,00 €</b>	<b>9 260,00 €</b>	<b>5 300,00 €</b>

## **10. Decisão de adjudicação**

**10.1.** O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 3 dias a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP;





b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:

- Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado em que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado em que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP.
- Documento comprovativo de inscrição no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) com o respetivo código de acesso nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação atual;
- Declaração de cumprimento das obrigações da lei relativamente a trabalhadores estrangeiros eventualmente contratados, nos termos da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho na sua versão atualizada;
- Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, exceto se o adjudicatário for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, se aplicável.

**10.2.** Documentos comprovativos de inscrição em ordem ou associação profissional dos membros que integram a Equipa e outros elementos comprovativos das habilitações dos técnicos que não tenham sido entregues juntamente com a proposta, mas que relevem para efeitos do procedimento.

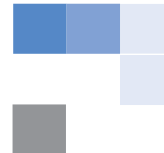
**10.3.** O adjudicatário deve ainda apresentar a certidão do registo comercial com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência, que se encontram em efetividade de funções, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online.

**10.4.** Em cumprimento do disposto na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, na sua versão atual dada pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho, o cocontratante deve proceder ao depósito, junto do Dono da Obra, dos documentos exigidos ao Diretor de Fiscalização, designadamente:

- Termo de responsabilidade do Diretor da Fiscalização, nos termos do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho na sua redação atual;
- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil válido, nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho na sua redação atual;
- Certificado comprovativo da qualificação do técnico designado para esta função de Coordenador de Segurança em Obra (CSO) e
- Declaração de aceitação das funções, subscrita pelo coordenador de segurança em obra, nos termos do n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro.

**10.5.** Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação, ou nos documentos exigíveis na legislação





aplicável, que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, será concedido o prazo de dois dias úteis para a sua supressão.

**11. Prestação de Caução**

Atento o valor do preço contratual não é exigida a prestação de caução, nos termos da alínea a) n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

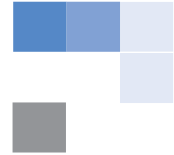
**12. Formalização do contrato**

- 12.1.** Concretizados os procedimentos previstos nos pontos anteriores, e aprovada pela AMA a minuta do contrato a celebrar, o adjudicatário é notificado da mesma, considerando-se esta aceite quando haja declaração expressa nesse sentido ou quando não haja reclamação nos 2 dias subsequentes à respetiva notificação.
- 12.2.** O contrato a celebrar será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático e celebrado mediante a aposição de assinaturas eletrónicas.
- 12.3.** A AMA comunica a data e a hora em que ocorre a assinatura do contrato.

**Anexos:**

- Modelo de Declaração de Aceitação do Caderno de Encargos (Anexo I);
- Modelo de indicação do preço contratual (Anexo II);
- Modelo de declaração de habilitação (Anexo III);
- Tabela da experiência da equipa (Anexo IV)
- Caderno de Encargos





## ANEXO I

### **Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

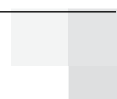
... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º





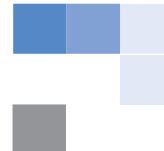
**ANEXO II**  
**Modelo de declaração do preço contratual**

... (indicar nome, estado, profissão e morada), representante legal de ..... (designação social) com sede em .....,  
pessoa coletiva n.º ....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..... sob o n.º ....., com  
o capital social de ....., declara que a sua representada se obriga à prestação de serviços objeto do procedimento  
de Ajuste Direto N.º ....., de acordo com o Caderno de Encargos, com o preço  
contratual de ..... nos termos melhor desenvolvidos na tabela que se anexa,  
numa folha de cálculo, que para todos os efeitos, integra a presente declaração, da qual constam os preços unitários  
propostos, conforme o disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos.

A todas as quantias mencionadas acresce o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Data e Assinatura





### ANEXO III

#### Modelo de declaração

**[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

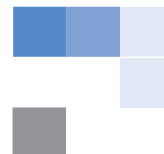
(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º







**Anexo IV**

***Tabela de experiência da equipa (ficheiro em excel que se anexa)***

